

A gênese de um novo pensamento: notas sobre a presença de Kant na filosofia de Gilles Deleuze

Miguel Antunes

Gilles Deleuze costuma ser visto como um filósofo algo inconsequente que faz filosofia por um processo de terra queimada. Em grande parte dos seus textos usa, assaz, um tom agressivo e pouco ortodoxo que pode dar origem a esta impressão de ser um bruto. Contudo leio essa toada como um estilo que pode, consoante o interesse, ser lida de forma mais séria e profunda. Kant, Platão ou mesmo Heidegger são alguns dos filósofos algumas vezes comentados por Deleuze e aos quais este parece dedicar mais animosidade. Contudo, como disse, tal não é totalmente preciso, pelo menos no caso de Kant.

Venho então com isto propor que há, num determinado momento da filosofia deleuziana, um reconhecimento a Kant. Efectivamente, uma das principais obras de Deleuze –*Diferença e Repetição* - dedica uma análise considerável a elementos da filosofia kantiana.

Em traços largos pode-se dizer que Deleuze tem um movimento de arranque propriamente tradicional na filosofia que se revela na tentativa de começar tudo de novo. Pretende identificar os pressupostos que fundam o pensamento, os pressupostos que permitem a existência daquilo que ele chama a imagem filosófica do pensamento. Uma vez estes pressupostos identificados seria possível eliminar os preconceitos implícitos que toldam o pensamento prendendo-o à doxa.

E neste processo onde se insere Kant? Ao elaborar esta análise do que é a filosofia, Deleuze depara-se com a importância de Kant na construção da imagem de pensamento filosófica. É inegável a atenção que é prestada a este filósofo, mas também é inegável que Deleuze, como bom discípulo, procura superar o trabalho dos seus mestres. Não se fará o balanço das actividades mas sim um esboço do movimento deleuziano.

Como disse, Deleuze procurou identificar o conjunto de pressupostos sobre os quais assenta o pensamento e nesta análise identificou no pensamento oito

postulados ou preconceitos, normalmente e naturalmente implícitos ao próprio pensamento. Postulados estes que determinam a forma/fórmula e os resultados da aplicação da mesma. Estes postulados são: a Cogitatio natura universalis; o ideal do senso comum; o modelo da reconhecimento; o elemento da representação; o “negativo” do erro; o privilégio da designação; a modalidade das soluções e o resultado do saber.

O problema dos pressupostos não é já identificar os chamados pressupostos objectivos mas os subjectivos que estão envolvidos num sentimento e não num conceito.

Deleuze, a exemplo destes pressupostos, analisa o movimento cartesiano que chega ao *Cogito*. Neste movimento do pensamento, um dos pressupostos subjectivos ou implícitos é o considerar que todos sabem, sem conceito, o que significa “eu”, “pensar” e “ser”. Contudo esta pressuposição, por ser baseada num sentimento que se remete ao eu empírico e não a uma definição conceptual coloca em risco o valor do começo da filosofia cartesiana e por isso torna o eu puro do Eu penso numa aparência de verdadeiro começo¹. Este pressuposto subjectivo do “*toda a gente sabe que*” é a forma que a representação assume enquanto fundamento de uma imagem de pensamento filosófica.

Pode-se também aplicar esta questão dos pressupostos, noutro exemplo, quanto ao critério de verdade ou à determinação da verdade dos nossos juízos. Se considerarmos que no percurso kantiano a essência da verdade não assenta na relação do conteúdo do pensamento com algo que se encontra perante o nosso pensamento, algo que lhe é transcendente, mas sim com algo que reside dentro do próprio pensamento; se considerarmos que a verdade é a concordância do pensamento consigo mesmo e que um juízo é verdadeiro quando está formado em relação com as leis e as normas do pensamento, sendo a verdade algo puramente formal, coincidindo com a correcção lógica; se considerarmos que a verdade do conhecimento só pode consistir na produção correcta – conforme às leis do pensamento – do objecto, então, entender as normas formais do pensamento como tolhidas de representações sensíveis e pré-conceptuais não

¹ Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 227, Editora Relógio D’Água, Lisboa.

analisadas, entender as normas formais do pensamento como sendo um decalque baseado nessas mesmas representações sensíveis é lançar uma dúvida imparável neste critério de verdade.

Quais são então os postulados da imagem do pensamento relevantes para esta proximidade a Kant? O primeiro postulado é o princípio da *Cogitatio natura universalis*². Através deste postulado o pensador assume implicitamente que o pensamento natural está em afinidade com o verdadeiro sob um duplo aspecto: há uma boa vontade do pensador e uma natureza recta do pensamento. Isto é, é porque todos pensam naturalmente que se presume que todos saibam implicitamente o quer dizer pensar e ser. Assim a representação na sua forma mais geral enquanto elemento fundamental da imagem do pensamento filosófica manifesta-se no elemento de um senso comum que é uma natureza recta e uma boa vontade do pensador³.

O segundo postulado é o ideal do senso comum⁴. Esta imagem do pensamento que encontra o seu pressuposto na representação, na boa vontade e numa boa natureza pressupõe uma determinada repartição do empírico e do transcendental. Repartição essa que se implica na imagem do pensamento através do modelo da reconhecimento. Ora a reconhecimento define-se pelo exercício concordante de todas as faculdades sobre um objecto suposto como sendo o mesmo (o pedaço de cera em Descartes).

Um objecto é reconhecido quando todas as faculdades em conjunto referem o seu dado e se referem a si mesmas a uma forma de identidade do objecto. Assim, a reconhecimento como modelo do conhecimento exige o princípio subjectivo

² Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 228 e seguintes, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

³ Neste sentido a filosofia assenta em postulados propriamente pré-filosóficos: “ (...) *Os postulados em filosofia não são proposições que o filósofo pede que se lhe conceda, mas, ao contrário, temas de proposições que permanecem implícitos e que são entendidos de um modo pré-filosófico. Neste sentido, o pensamento conceptual filosófico tem como pressuposto implícito uma Imagem do pensamento pré-filosófica e natural, tirada do elemento puro do senso comum. Segundo esta imagem, o pensamento está em afinidade com o verdadeiro, possui formalmente o verdadeiro e quer materialmente o verdadeiro. E é sobre esta imagem que cada um sabe, que se presume que cada um saiba o que significa pensar.(...)*”. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 228, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

⁴ Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 230, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

ou melhor, o pressuposto implícito de existência de uma colaboração das faculdades para “todos”, isto é, exige como pressuposto do conhecimento um senso comum enquanto concórdia das faculdades. Por outro lado, para o filósofo, a forma da identidade do objecto exige o pressuposto implícito de que há uma unidade no sujeito pensante do qual todas as faculdades devem ser modos.

Há portanto no modelo da reconhecimento como modelo de conhecimento filosófico duas instâncias complementares: o *senso comum* como norma da identidade do ponto de vista do Eu puro e da forma como qualquer objecto lhe corresponde e o *bom senso* que é a norma de partilha que determina a contribuição das faculdades em cada caso. O senso comum constrói a identidade do eu e dos objectos nele; o bom senso determina como devem colaborar as faculdades na produção desses mesmos objectos.

Terceiro postulado: o modelo da reconhecimento⁵. Através do modelo da reconhecimento a filosofia recusa a doxa particular mas apesar de não reter nenhuma proposição particular do bom senso ou do senso comum, ela retém o essencial, ela retém a forma do senso comum cujo elemento é a reconhecimento. Este modelo de concordância das faculdades fundada no sujeito pensante tido como universal e exercendo-se sobre o objecto permite afinal universalizar a doxa elevando-a ao nível racional. Faz-se a abstracção do conteúdo da doxa mantendo-se o uso das faculdades que lhes correspondem retendo o essencial.

A análise deleuziana apresenta assim uma interpretação crítica do modelo de construção de conhecimento ou modelo do pensar baseado numa concordância das faculdades e sobretudo numa construção do objecto baseada na reconhecimento, no reconhecimento operado por uma representação, por uma imagem. Para Deleuze, das sínteses que medem a contribuição das faculdades pensantes, a terceira síntese a da reconhecimento que se exprime na forma do objecto qualquer como correlato do «Eu penso» ao qual todas as faculdades reportam deveria ser a mais relevante mas torna-se a mais perigosa para o pensamento

⁵ Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 232 e seguintes, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

uma vez que, segundo Deleuze, Kant tendo operado uma revolução significativa na filosofia não ousou ir mais além de um certo conformismo do reconhecido.

Deleuze identifica este perigo e esta falha do pensamento kantiano como o resultado da actuação do princípio da *cogitatio natura universalis*. Isto, é, Kant falha ao presumir que há uma boa vontade do pensador e uma natureza recta do pensamento e por isso Kant determina as estruturas transcendentais do pensamento a partir de um decalque feito sobre os actos empíricos da consciência. Assim, por exemplo, a síntese transcendental da apreensão é directamente induzida de uma apreensão empírica tornando o modelo especulativo insuficiente.

Deleuze considera que o único caso no qual Kant apresenta uma faculdade liberta e para a qual é descoberto um exercício legítimo, verdadeiramente transcendente é no sublime⁶, no qual a imaginação é forçada, coagida a enfrentar o seu limite próprio, o seu máximo. Esta faculdade transmite a sua coerção ao pensamento que por sua vez é forçado a pensar o supra-sensível como fundamento da natureza e da faculdade de pensar. Neste ponto o pensamento e a imaginação entram numa discordância essencial, numa violência recíproca que condiciona um novo tipo de acordo, um acordo discordante que gera um pensamento totalmente diferente, um pensamento da diferença, da criação e não mais da reconhecimento, do mesmo.

Nota-se na crítica de Deleuze um certo desapontamento por considerar que Kant poderia ter sido o marco na filosofia que finalmente reverteria a imagem do pensamento na sua formulação ortodoxa tendo-se, no entanto, detido por não renunciar ao pressuposto implícito da *cogitatio natura universalis*. Kant que tinha substituído o conceito de erro como “inimigo do pensamento” pelo conceito de ilusão, as ilusões internas, interiores à razão em vez de erros vindos de fora que seriam apenas o efeito de uma causalidade do corpo; Kant que tinha substituído o eu substancial pelo eu fendido pela linha do tempo acabou por manter o pensamento preso a um senso comum, a uma natureza recta do pensar.

⁶ Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 246, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

Esta crítica compreende-se melhor se se tiver presente que Deleuze associa a reconhecimento e o seu modelo a uma análise moral do pensamento. Desta forma, o pensamento que se contenta em reconhecer uma verdade pressuposta ou limitada à boa vontade do pensador é visto como um pensamento conformista que mantém os sentidos e os valores estabelecidos, que não anseia efectivamente a revolução copernicana.⁷

Deleuze compreende o papel do reconhecimento na percepção contudo considera que o pensamento não se joga no reconhecer mas no criar. Há portanto duas espécies de coisas, as que deixam o pensamento tranquilo que são os objectos da reconhecimento e os que forçam a pensar que são os objectos de um encontro. Assim, os objectos da reconhecimento dão pleno emprego às faculdades contudo isso nada tem que ver com o pensar.

O pensamento é preenchido, numa reconhecimento, por uma imagem de si mesmo em que ele se reconhece e em que reconhece as coisas, mas isto não faz pensar. Aliás nem o que é claro nem o que é duvidoso forçam a pensar porque em ambos os casos a verdade existe enquanto proposição que está implícita na questão. O que falta para que o pensamento nasça no acto de pensar é uma marca singular, um encontro, uma violência feita ao pensamento que o tire do seu entorpecimento natural. Desta forma propõe-se o encontro e não a reconhecimento como aquilo que marca o pensamento, e igualmente propõe-se uma discordância das faculdades em que cada uma saia dos seus eixos em vez de convergirem para reproduzirem a forma do senso comum na representação imagética, no objecto. Esta divergência das faculdades permitiria portanto fazer o pensamento sair do elemento empírico da doxa, uma vez que cada faculdade, inclusive o pensamento, não têm outra aventura a não ser a do involuntário porque o uso voluntário permanece afundado no empírico.

⁷ Sobre a análise moral do problema da reconhecimento Deleuze vai mesmo um pouco mais longe: “(...)Nota-se a que ponto a crítica kantiana é finalmente respeitosa: nunca o conhecimento, a Moral, a reflexão, a fé, são postos em questão, julgando-se que correspondam a interesses naturais da razão, mas somente o uso das faculdades, que é declarado legítimo ou não de acordo com este ou aquele desses interesses. Em toda a parte, o modelo variável da reconhecimento fixa o bom uso, numa concórdia das faculdades determinada por uma faculdade dominante sob um senso comum. (...)”. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 237, Editora Relógio D’Água, Lisboa.

Existe, por meio deste encontro involuntário que força a pensar, um encadeamento das faculdades e uma ordem neste encadeamento. Mas nem a ordem nem o encadeamento implicam uma colaboração sobre uma forma de objecto supostamente o mesmo ou uma unidade subjectiva na natureza do Eu penso. Para Deleuze o uso transcendente das faculdades deve ser um uso paradoxal que se opõe a que o seu exercício se dê sob a regra do senso comum. Desta forma, o acordo produzido só pode ser um acordo discordante pois cada faculdade só comunica à outra a violência que a coloca na presença da sua diferença, da sua divergência com as outras.

Surge neste ponto novamente a referência de Deleuze a Kant, uma vez que, foi este o primeiro a mostrar, a dar um exemplo de como tal forma de pensar pode ser criada. Kant foi pois o primeiro a mostrar o exemplo de um tal acordo discordante com o caso, já referido, da relação da imaginação e do pensamento tal como eles se exercem no sublime. Há aqui alguma coisa que se comunica de uma faculdade a outra, mas isso que se comunica metamorfoseia-se e não se forma um senso comum.

Esta proposta de um novo modelo para o pensar não se trata de uma mera oposição, não se trata de opor à imagem chamada dogmática do pensamento uma outra imagem, trata-se de lembrar que a possibilidade do pensamento tem de ser construída, tem de ser engendrada no próprio pensamento e não no reconhecimento.

Voltamos a encontrar referência por análise a Kant no sexto postulado da imagem do pensamento identificado por Gilles Deleuze, o postulado do privilégio da designação⁸ - trata-se do problema do sentido. Numa proposição distinguem-se duas dimensões, a da expressão de acordo com a qual a proposição enuncia ou exprime alguma coisa de ideal e a da designação de acordo com a qual ela indica objectos aos quais se aplica o enunciado ou o exprimido. Uma é a dimensão do sentido e a outra a do verdadeiro ou do falso. O que traz perplexidade a Deleuze é

⁸ Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 259, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

que o domínio do sentido é, assim entendido, remetido a um mero foro psicológico ou lógico porque a verdade ou a falsidade concerne apenas ao que os termos dos enunciados indicam e não ao que eles exprimem. O verdadeiro e o falso são remetidos apenas para a relação de designação na proposição.

Ora se, por outro lado, o conhecimento pode definir-se como uma determinação do sujeito, na qual o determinado ou o construído é a imagem do objecto no sujeito. Esta imagem, sendo distinta do objecto, encontra-se de certo modo entre o sujeito e o objecto, constitui o instrumento pelo qual a consciência apreende o seu objecto, o modo pelo qual o sujeito determina ou constrói o objecto.

Esta tensão entende-se habitualmente balizada como o problema da essência do conhecimento, para a qual Kant responde: o conhecimento consiste em forjar uma imagem do objecto. Todo o conhecimento da realidade funda-se nas formas e funções a priori do entendimento. As categorias que aplicamos aos fenómenos não representam, por conseguinte, propriedades objectivas das coisas porque são formas lógicas subjectivas do nosso entendimento. Não podemos conhecer o mundo em si mas a coisa como se nos apresenta: o fenómeno. O apriorismo indica que na relação entre a experiência e o pensamento o nosso conhecimento apresenta elementos a priori, independentes da experiência de natureza formal. Temos formas do conhecimento que recebem o seu conteúdo da experiência. Estes elementos derivam da Razão que imprime formas a priori na matéria empírica e constitui assim os objectos do conhecimento.

O conhecimento é então construído por uma representação ou imagem cuja matéria são as sensações que carecem de regra. O pensamento cria a ordem nesse caos relacionando-as entre si, relacionando o conteúdo das sensações mediante as formas da intuição que são o espaço e o tempo. E através das formas do pensamento que são as categorias introduz-se uma nova conexão entre os conteúdos da percepção, estabelecendo, por exemplo, entre eles uma conexão causal.

Contudo, Deleuze entende que o sentido não deve ser condição da experiência possível, não deve ser apenas aplicação de uma fórmula lógica de

produção de um representante, de uma imagem comum. O sentido deve ser antes condição efectiva da experiência real porque esta forma uma génese intrínseca. Isto é, a verdade é um caso de produção e não de condicionamento ou de adequação. O verdadeiro e o falso não podem permanecer como casos da designação, casos de condições formais que se limitam em tornar possível a priori o sentido permanecendo-lhe algo indiferente. Assim a relação da proposição com o objecto que ela designa deve ser estabelecida no próprio sentido que se ultrapassa em direcção ao objecto designado.

Por fim, é o sétimo postulado – a modalidade das soluções⁹ o que escolhemos para terminar esta breve abordagem de um percurso deleuziano sobre Kant e digo percurso enquanto marco determinante no que diz respeito aos grandes problemas da filosofia. Este postulado relaciona-se com o anteriormente analisado (o privilégio da designação) uma vez que diz respeito ainda ao problema da produção do conhecimento, da produção de verdade e mesmo da forma como esta é produzida na imagem do pensamento que é atravessada pela doxa, por uma doxa propriamente filosófica.

Que a relação da proposição com o objecto que ela designa deve ser estabelecida no próprio sentido que se ultrapassa em direcção ao objecto designado, que o sentido se gera no próprio problema era a exigência apresentada por Deleuze no intuito de abrir a possibilidade a outra forma de resolver o problema da construção do sentido. Contudo, isto implica que a verdade gerada não pode ser dependente da pergunta, das modalidades de soluções que se propõem implicitamente na formulação inicial. Este sétimo postulado identifica o preconceito filosófico segundo o qual o verdadeiro e o falso só começam com as soluções ou quando qualificam as respostas.

É neste ponto que Deleuze volta a Kant uma vez que mais que qualquer outro Kant exigia que a prova do verdadeiro e do falso fosse levada aos problemas e questões. Contudo, e procurando ir mais longe, Deleuze considera que Kant por

⁹ Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 267, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

se ter mantido ainda preso, na sua crítica, à imagem dogmática do pensamento, ainda define a verdade de um problema pela possibilidade deste receber uma solução. Trata-se de uma forma, de um tipo de possibilidade transcendental que age em conformidade com o uso legítimo das faculdades tal como ele é determinado em cada caso mas determinado pelo modelo da reconhecimento que determina a boa e justa repartição do empírico e do transcendental.

Encontram-se aqui dois aspectos de ilusão: a ilusão natural que consiste em decalcar os problemas sobre proposições que se supõem preexistentes; e a ilusão filosófica que consiste em avaliar os problemas segundo a sua resolubilidade.

Para Deleuze o essencial é que no seio dos problemas se faça uma génese da verdade, uma produção do verdadeiro no pensamento. O elemento diferencial do pensamento que força a pensar é efectivamente o problema, elemento diferencial e genético. Para isto Deleuze sugere que se renuncie a copiar os problemas sobre proposições possíveis, e que se renuncie a definir a verdade dos problemas pela possibilidade deles receberem uma solução. Esta possibilidade de solução, pelo contrário, é que deve depender da característica interna de ser determinada pelas condições do problema, da mesma forma que as soluções devem ser engendradas pelo e no problema¹⁰. Para Deleuze esta seria a realização final da viragem copernicana que Kant iniciou mas não terminou.

É portanto no decorrer da identificação e da problematização dos elementos fundamentais sobre os quais assenta aquilo que chamamos o pensar (filosófico) que Deleuze vai retornando inúmeras vezes ao trabalho de Kant.

Chamou-se aqui a atenção para os momentos da análise onde se questiona a representação enquanto instância unificadora e até certo ponto ingénuo que pressupõe como dados uma boa vontade do pensador e uma natureza recta do

¹⁰ "(...) *Um problema não existe fora das suas soluções. Mas em vez de desaparecer, ele insiste e persiste nas soluções que o recobrem. Um problema determina-se ao mesmo tempo que é resolvido; mas a sua determinação não se confunde com a solução: os dois elementos diferem por natureza, e a determinação é como que a génese da solução concomitante(...)*". Cf. Deleuze, G. (2000), *Diferença e Repetição*, pág. 275, Editora Relógio D'Água, Lisboa.

pensamento segundo a qual o pensamento é tomado como estando em afinidade com o verdadeiro, como possuindo formalmente o verdadeiro e querendo materialmente o verdadeiro, atitude esta que pressupõe ainda uma imagem moral do pensamento. O momento em que se questiona o modelo de construção de conhecimento tomado pela vigência de um senso comum feito razão, um modelo de conhecimento filosófico com duas instâncias complementares: o *senso comum* como norma da identidade e o *bom senso* que é a norma de partilha que determina a contribuição das faculdades em cada caso. Modelo este de reconhecimento que pressupõe um acordo, para “todos”, das faculdades para o reconhecimento do *mesmo*, um acordo assente num senso comum como concórdia das faculdades. Salientou-se também o problema da construção da verdade com base num encontro que gera o pensar no pensamento e não na aplicação de uma fórmula lógica. E a problematização da necessidade de haver independência da verdade e do pensamento que a gera face às modalidades de solução propostas e previstas implicitamente nas proposições que sendo revertidas se tornam ora em questões ora em respostas num esquema formal.

É com certeza significativo o facto de Deleuze na sua tentativa de elaborar um recomeço da filosofia, um começo puro como Descartes procurou fazer ou como, num outro extremo, Nietzsche tentou identificando os preconceitos dos filósofos, é significativo da relevância do trabalho feito por Kant que Deleuze e outros filósofos se continuam a relacionar àquele pensador como referência a analisar ou marco a ultrapassar.